

Programa do XI Governo Regional dos Açores

Política Ambiental

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Na Resolução que adotou a histórica Declaração do Milénio da Organização das Nações Unidas, o princípio do respeito pela natureza e o objetivo de proteger o meio ambiente são assumidos como sustentáculos do desenvolvimento humano e da construção de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo.

A Declaração recomenda prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais e apela a uma nova ética de conservação e salvaguarda.

Antes desta Declaração, em 1993, a Convenção sobre a Diversidade Biológica afirmava como objetivo dos Estados signatários, “a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advém da utilização dos recursos genéticos”.

Os princípios do desenvolvimento sustentável devem, assim, guiar-nos na configuração e na implementação de todas as políticas e programas públicos e no desenvolvimento das diversas atividades económicas.

A prosperidade económica sustentável depende de uma abordagem que garanta a manutenção da base de recursos naturais e de reconhecermos, não apenas o papel da biodiversidade para a sustentabilidade da vida humana mas, também, o dever de preservar, para as gerações futuras, o extraordinário legado de bens e serviços ambientais que recebemos.

A emergência da questão ambiental criou, e continuará a criar, inúmeras oportunidades económicas, que devemos aproveitar e potenciar, mas sem colocar em crise o necessário equilíbrio entre desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental.

No passado dia 14 de outubro, ao darem a vitória ao Partido Socialista, as açorianas e os açorianos rejeitaram a desregulação e o facilitismo, disfarçados de abordagem contemporânea ao ambiente e reconheceram a assertividade da nossa atuação nesta matéria.

O reconhecimento externo que a nossa Região obteve por via da política ambiental do Partido Socialista é um importante ativo que devemos preservar e potenciar.

Nesta Assembleia, aprovámos, ao longo da última legislatura, importantes instrumentos que dotaram a Região de um edifício jurídico indispensável a uma gestão responsável dos nossos recursos e do nosso território, ao mesmo tempo que potenciaram o surgimento de oportunidades económicas e a diversificação de muitos agentes, como é o caso da política regional de resíduos.

É inquestionável a aposta que fizemos numa política energética centrada nos recursos naturais renováveis e na eficiência energética, assumida como um pilar fundamental para a sustentabilidade económica e ambiental da nossa Região. A posição ocupada pelos Açores em matéria de produção de energia elétrica de origem renovável é mais um motivo de orgulho.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

O Programa de Governo que hoje debatemos assume claramente a prioridade da sustentabilidade ambiental e o seu carácter transversal, nomeadamente através da implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, alargados às unidades territoriais e abrangendo todos os setores produtivos e áreas da sociedade.

Em matéria energética, assume as bases de uma economia verde, reforçando a aposta nas fontes de energia renovável e na racionalização do seu uso.

O Plano de Ação para o Ambiente e Mar dos Açores, instrumento de orientação estratégica para todos os intervenientes, desempenhará um papel de grande relevância na conformação da atuação dos poderes públicos e dos agentes económicos e sociais.

No plano do ordenamento do território, dotada que está a Região de um regime próprio, adequado à nossa realidade geográfica e atento às vulnerabilidades daí decorrentes, o compromisso de elaboração do documento “Açores 2030” e do Plano Estratégico para a Investigação Científica no Domínio Ambiental corresponde à exigência de uma visão de longo prazo para o sucesso da política ambiental, que tem em conta que os impactes acontecem, muitas vezes, a escalas temporais dilatadas.

Demos um passo muito importante com a aprovação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, cujas consequências não conhecemos na sua plenitude. Nesta matéria, ao dever de dar o nosso contributo para a resolução global do problema, pela implementação de medidas de mitigação, acresce a

imperiosa necessidade de adaptação da nossa Região a esta nova realidade e de execução de ações adequadas à minimização das suas consequências.

A aposta num melhor conhecimento da nossa biodiversidade, associada à salvaguarda de habitats e espécies permitir-nos-á o reforço da resiliência dos nossos ecossistemas e continuar a recuperação das perdas ao nível da taxa de biodiversidade.

A gestão cuidada da nossa rede de áreas protegidas e o combate às espécies invasoras são dois pilares da intervenção do Governo com vista à conservação da natureza e à valorização dos nossos recursos naturais, sustentada em meios de monitorização e acompanhamento.

No âmbito da gestão de resíduos, prosseguiremos o esforço de prevenção da sua produção e recuperação do seu valor, ao mesmo tempo que se reforçarão as medidas de proteção do ambiente.

Esta é uma área de responsabilidades partilhadas, sendo essencial o acompanhamento do investimento realizado pelo Governo Regional por parte dos municípios, que deverão generalizar a recolha seletiva e orientar a sua ação para o cumprimento das metas de gestão.

Registámos importantes avanços no planeamento e monitorização do domínio hídrico e devemos prosseguir com a proteção das origens da água e conservação e valorização da rede hidrográfica. Os princípios da gestão sustentável enformam, também, o Programa do Governo na área dos recursos hídricos, onde se destaca, pela sua importância, a recuperação e restauro de turfeiras.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores membros do Governo,

Enfrentamos desafios ambientais que exigirão firmeza e o envolvimento empenhado de todos.

O que fizermos em matéria de sustentabilidade ambiental não importará apenas para efeitos da reputação que meritoriamente alcançámos mas, sobretudo, para que possamos prosseguir o caminho do desenvolvimento deixando às gerações futuras uma Região viável e próspera.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, Novembro de 2012

Isabel Almeida Rodrigues

Deputada Regional pelo Partido Socialista